

## Projeto exige mais transparência de clubes de futebol

Os sócios ou cotistas de clubes e entidades ligadas ao futebol serão considerados parte legítima para denunciar ao Ministério Público irregularidades ocorridas nessas associações, conforme projeto de lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta será ainda votada em Plenário. **8**



Os senadores da Comissão de Educação discutiram também projeto que institui o 14º salário para professores

Gerardo Mergel

### Contribuição extra de 10% para FGTS pode acabar

Projeto aprovado pela CAE marca para 31 de julho de 2012 o fim da cobrança da contribuição social dos empregadores para cobrir o rombo de R\$ 42 bilhões no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço gerado pelos planos econômicos Verão e Collor I. Hoje o patrão recolhe a mais o equivalente a 10% do saldo do FGTS acumulado durante a vigência do contrato, nos casos de demissão sem justa causa. **7**

## Proposta facilita cadastro para imóveis populares

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que elimina a exigência de apresentação de nada-consta, emitido por órgãos de proteção ao crédito, para famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo financiarem aquisição da casa própria. **7**



CAE também aprovou projeto que garante ao trabalhador duas folgas por ano para tratar de assuntos particulares e para comparecer à escola de seu dependente

Márcia Kallum

## Mesa envia à CCJ recurso de Expedito contra cassação

Defesa do senador Expedito Júnior argumenta que regimento do Senado e Constituição lhe asseguram o direito de defesa mesmo com a decisão do Supremo

Tribunal Federal de cassar seu mandato por abuso de poder econômico nas eleições de 2006. Posse do suplente, Acir Gurgacz, marcada para ontem, foi adiada. **3**

### Licitações podem considerar item ambiental

Certificação será critério de desempate em compras públicas, conforme substitutivo a dois projetos aprovados pela Comissão de Meio Ambiente. **6**

### Consumo energético deve ser anunciado

A CMA também aprovou determinação de que a publicidade de produtos elétricos informe o consumo e a eficiência energética deles. **6**



José Sarney (E), presidente do Senado, foi voto vencido na reunião da Mesa. "Acho que a decisão do Supremo era impositiva. Teríamos que cumpri-la", avaliou

Jonas Pereira

Para senador, "praga do superfaturamento" atinge a maioria das obras paralisadas e tribunal não pode ser culpado por "tropeços da emperrada máquina" do governo

## Simon defende TCU e rejeita novo órgão para fiscalização

AO DEFENDER A fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteja atacando uma instituição e os mecanismos previstos na Constituição para fiscalizar os gastos dos poderes públicos. Lula afirmou que a fiscalização do TCU estaria travando as obras do governo.

– Lula chegou ao exagero de dizer que o país está travado. Não é verdade. Pelo que sei, as obras que estão paradas, em sua maioria, foram acossadas pela praga do superfaturamento – sustentou o senador gaúcho.

Simon leu vários trechos de críticas de Lula ao Tribunal de Contas da União, entre eles a afirmação de que um funcionário de quarto escalão tem poderes para paralisar uma obra contra a vontade do presidente da República. Para o senador, Lula parece querer dizer que ninguém pode contestar-lhe a autoridade e, seguindo tal critério, um guarda de trânsito então não poderia multar uma autoridade mais alta.

– Desculpe, presidente, mas



Simon: diante das denúncias, TCU investiga menos que o necessário

não é bem assim. Na verdade, todo funcionário público digno, que estiver encarregado de zelar pelo bem público, pode embargar uma obra, se a lei lhe permitir tal autoridade, caso ele perceba alguma irregularidade.

### Tropeços

Na opinião do senador, não se pode culpar o TCU pelos "tropeços da emperrada máquina das obras do governo, neste e nos anteriores". Ele sustentou que, ante o número de denúncias de corrupção nas obras públicas, o TCU investiga menos do que seria necessário. Lembrou que o presidente reclamou que uma obra importante ficou parada por dez meses por exigências

da fiscalização do tribunal. Simon informou ter telefonado a um ministro do TCU e este lhe disse que foram enviadas várias correspondências ao governo pedindo para explicar e resolver os problemas encontrados, mas não houve resposta.

O senador questionou a ideia do governo de criar uma "câmara de nível superior" que decidiria, com rapidez, se uma obra pode ou não ficar paralisada quando forem encontradas graves irregularidades.

– Essa câmara ficaria subordinada a quem? Ao Executivo? Quem designaria seus membros? O presidente da República, maior interessado na questão da fiscalização?

Simon recebeu apoio, em apertes, de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Romeu Tuma (PTB-SP), Neuto de Conto (PMDB-SC), Valter Pereira (PMDB-MS), Jefferson Praia (PDT-AM) e Marina Silva (PV-AC). Marina disse que, toda vez que uma obra é embargada, o governo procura desqualificar a fiscalização e não discute as razões que levaram à medida.

## FHC identifica vocação autoritária do governo Lula, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) leu, da tribuna, artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicado pela imprensa no último final de semana. Para o senador, o artigo traz "a identificação de uma vocação autoritária maquiada pela mentira governamental".

Com o título de "Para onde vamos", o ex-presidente diz que o governo de Lula segue um "autoritarismo popular" que pode vir a moldar "um estilo de política e uma forma de relacionamento entre Estado, economia e sociedade que pouco têm que ver com nossos ideais democráticos".

Fernando Henrique citou a divulgação, pelo presidente Lula, do vencedor da licitação que visa comprar aviões de combate antes de a concorrên-

cia terminar; a imposição para o Congresso Nacional votar às pressas uma mudança na legislação do petróleo; e a ingerência governamental em uma empresa privada, a Vale.

Também criticou a antecipação da campanha eleitoral e o fato de o presidente Lula, "sem nenhum pudor, passear pelo Brasil à custa do Tesouro, exibindo uma candidata claudicante". Acrescentou que, com os partidos políticos devastados, a vitória na eleição da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deixará como legado "um subperonismo lulista", que se sustentará em "partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados".



Para Alvaro Dias, as reflexões do ex-presidente "são imprescindíveis"

Para Alvaro Dias, as reflexões "são imprescindíveis". Ele citou a festa de posse do ministro José Antonio Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal, paga pela Caixa Econômica Federal. O fato, para o senador, "se reveste da ausência absoluta de qualquer resquício de escrúpulo".

Alvaro Dias recebeu apoio de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Já Eduardo Suplicy (PT-SP) contra-argumentou.

## Lucena defende preferência a pequena empresa

Cícero Lucena (PSDB-PB) recomendou ao Ministério da Educação que compre de pequenas e médias empresas locais ou de associações de costureiras uniformes escolares para estudantes carentes das escolas públicas. Para o senador, a medida fará o dinheiro circular nas regiões beneficiadas, levando o novo programa do governo a apresentar dois benefícios, ou seja, a distribuição de uniformes e a geração de emprego.

Cícero Lucena informou ter executado programa semelhante quando foi prefeito de João Pessoa pela primeira vez, em 1997. Ao chegar ao Senado,



Associações de costureiras devem também ser beneficiadas, diz Lucena

apresentou projeto que obriga o governo a oferecer aos alunos pobres uniforme completo. A proposta foi aprovada no Sena-

do, mas ainda está na Câmara. No momento em que o governo tenta implantar projeto com a mesma finalidade, o senador disse que, "em vez de reclamar a autoria da ideia", ficou feliz por ver sua implantação começar a acontecer no país.

Ao citar viagem pelo Senado à África do Sul, da qual fará relato nos próximos dias, o senador informou que, naquele país, que sediará a Copa de Futebol no próximo ano, o governo dará prioridade, na compra de produtos ou serviços, às pequenas e médias empresas que empreguem, pelo menos, 30% de negros.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta do Plenário está trancada

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 17/09 (oriundo do MP 468/09), que trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica.

### Autorização para serviços de radiodifusão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne, às 8h30, para examinar projeto determinando que as autorizações para serviços de radiodifusão devem ser outorgadas apenas para entidades constituídas há pelo menos dois anos.

### Audiência sobre remuneração de serviços de saúde

Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, discute a forma de remuneração aos prestadores de serviços de saúde e seu relacionamento com hospitais, labora-

tórios e operadoras de planos de saúde. Entre os convidados, representantes do Ministério da Fazenda, da Associação Médica Brasileira e da Federação Brasileira de Hospitais.

### Acordo ortográfico em debate na CE

Às 10h, audiência pública da Comissão de Educação e Esporte (CE) trata do acordo ortográfico da língua portuguesa. O colegiado vota ainda projeto que beneficia as produções cinematográficas, artísticas e culturais enquadradas no Simples Nacional com redução de impostos.

### Ventos & Tempestades no Senado Cultural

O projeto Pratas da Casa, do programa Senado Cultural, apresenta Ventos & Tempestades, com Carlos Penna Brescianini e Alexandre Inácio Ladeira, Ricardo Bermudez, Sidney Sheykor e Hebert Duarte homenageando Raul Seixas.

### Sarney recebe ministro da Igualdade Racial

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o ministro da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e, às 12h15, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e o deputado Geraldo Magela.

### Reunião da Comissão Mista de Orçamento

Reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 14h30, para apresentação, discussão e votação de matérias no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

### Política Energética Nacional

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência para instruir sugestão sobre regulamentação para a Política Energética Nacional. Entre os convidados, estão o presidente da Federação Única dos Petroleiros, João Antônio de Moraes, e o diretor-executivo da CUT Dary Beck Filho. Em seguida, a CDH vota a sugestão.

### CCJ discute o uso indevido de recursos da merenda escolar

Entre os 51 itens na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h, estão o projeto que criminaliza o desvio de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o que dá prioridade processual a portadores de câncer ou Aids, e o que prevê pena de detenção para condutas relacionadas a usuário de drogas.

### Definição de diarista e mudanças no FGTS em pauta na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública, às 9h, para instruir projeto que dispõe sobre a definição de diarista. Com 17 itens na pauta, a comissão também analisa projeto que altera a Lei do FGTS para permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

## Sarney recebe Shimon Peres na próxima semana

O presidente de Israel, Shimon Peres, visita o Brasil na próxima semana. Nos encontros que terá com os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Senado, José Sarney, Peres deverá discutir o conflito no Oriente Médio, a ameaça representada pelo Irã à paz mundial e temas relacionados à cooperação científica, econômica e política.

Segundo o embaixador israelense na Argentina, Daniel Gazit, Shimon Peres destacará sua preocupação com a influência iraniana na América Latina e o risco de o Irã obter armas nucleares.

Peres deverá reforçar a apreensão demonstrada a Sarney no mês passado pelo grão-rabino Asquenazi de Israel, Yona Metzger, com a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em 23 de novembro.

O rabino defendeu o cancelamento da visita até que Ahmadinejad mude seu discurso de negação do Holocausto, que dizimou 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra.

Sarney disse a Metzger que espera que a religião funcione como instrumento de paz e não de desunião entre os povos.

Também em novembro virá no Brasil o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, que se mobiliza para ampliar as negociações de paz no Oriente Médio.

## Blog do Senado entra no ar e traz esclarecimentos

Produção legislativa e esclarecimentos a respeito de notícias da imprensa são destaques do *blog* do Senado ([blog.senado.gov.br](http://blog.senado.gov.br)), que entrou ontem no ar. A ferramenta foi anunciada pelo diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, que enfatizou a importância do *blog* para levar à opinião pública informação sobre o Parlamento.

– Existe muita informação equivocada sobre o trabalho do Senado – disse Fernando Mesquita, lembrando que a imprensa muitas vezes não divulga votações e debates importantes ocorridos na Casa.

## 99,42% dos servidores já se recadastraram

Até as 16h57 de ontem, 6.129, dos 6.277 servidores efetivos e comissionados do Senado, haviam concluído o recadastramento adotado pela Casa. De acordo com informações da Secretaria de Recursos Humanos, 112 haviam iniciado o recadastramento, mas ainda não concluído o processo. Aqueles que fizeram o recadastramento ou com formulário em preenchimento representam 99,42% do total de servidores.

Em 26 de outubro, prazo final do recadastramento, 503 servidores não haviam se recadastrado, sendo que 415 estavam com o processo em curso e 88 não se manifestaram.

Por determinação da Mesa diretora, Comissão de Constituição e Justiça analisará recurso impetrado pela defesa do senador contra decisão do Supremo Tribunal Federal

# Comissão vai decidir sobre a cassação de Expedito Júnior

A MESA DO Senado decidiu, ontem, enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o recurso impetrado pela defesa do senador Expedito Júnior (PSDB-RO) contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de cassar o mandato do parlamentar por abuso de poder econômico e compra de votos na campanha de 2006. A decisão foi tomada contra o voto do presidente do Senado, José Sarney.

Ofício do STF lido em Plenário na última quinta-feira determina à Mesa “que cumpra imediatamente a decisão da Justiça Eleitoral, dando posse ao impetrante Acir Marcos Gurgacz, na vaga do senador Expedito Gonçalves Ferreira Júnior (PSDB-RO), cujo registro foi cassado pela Justiça Eleitoral”.

De acordo com Sarney, os membros do colegiado – à exceção da senadora Serys Slhessarenco (PT-MT), que se absteve – alegaram a necessidade de cumprimento de todo o rito processual. A defesa de Expedito argumentou que o regimento da Casa e a Constituição federal lhe asseguram o direito de defesa mesmo com a decisão do Supremo.

Sarney afirmou, que, se a decisão fosse unicamente sua, teria determinado a posse imediata do segundo colocado, Acir Gurgacz (PDT-RO). Porém, ele



Sarney (E), que votou contra envio do pedido à CCJ, preside reunião da Mesa

explicou que o ofício do STF diz que a decisão é da Mesa, e que a própria Constituição estabelece que esta tem a atribuição de decretar a perda de mandato, quando ela é feita na Justiça.

– Esse era o meu ponto de vista, para evitar qualquer interpretação de que o Senado se recusa a cumprir uma decisão do Supremo. Eu prezo muito a harmonia entre os Poderes, e acho que, como a decisão do STF era impositiva, teríamos que cumpri-la – disse Sarney.

Ele informou que solicitará ao presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), que convoque imediatamente reunião do colegiado para tratar do assunto.

### Posse cancelada

A posse de Gurgacz estava agendada para as 17h de ontem. Antes da manifestação de Sar-

ney, Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou à imprensa que os advogados do partido estudam a elaboração de uma petição para pedir a prisão dos membros da Mesa do Senado, que, a seu ver, estaria atropelando uma decisão da Corte máxima do país.

– Isso é mais uma demonstração de que o presidente Sarney se considera acima da lei, de Deus, de tudo – disse Cristovam.

Em Plenário, Expedito Júnior afirmou que respeita a decisão do Supremo, mas disse acreditar ter o direito de lutar até o fim por seu mandato. Citou o caso do ex-senador João Capiberibe, que, cassado por determinação do STF, teve direito à defesa no próprio Senado. E argumentou que há jurisprudência para garantir a legitimidade do recurso apresentado.

## Cristovam: Casa pode ser acusada de descumprir decisão da Justiça

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem, em discurso no Plenário, a decisão da Mesa de enviar à Comissão de Constituição e Justiça o recurso impetrado por Expedito Júnior contra decisão do Supremo Tribunal Federal de cassar seu mandato por abuso de poder econômico e compra de votos na campanha eleitoral de 2006.

A decisão do STF determinou à Mesa do Senado o cumprimento imediato da decisão da Justiça Eleitoral “dando posse ao segundo colocado na eleição de 2006, Acir Marcos Gurgacz”, na vaga de Expedito.

Comentando entrevista do ministro do Supremo, Celso de Mello, Cristovam manifestou

preocupação com a possibilidade de a Casa vir a ser acusada de descumprir determinação da Justiça Eleitoral.

A decisão da Mesa, disse ele, dirigindo-se ao presidente da Casa, José Sarney, que presidia a sessão, “é a prova de que o fundo do poço continua sendo adiado no que se refere às surpresas que o Senado oferece à opinião pública”.

Em resposta a Cristovam, Sarney explicou que a decisão de acolher o recurso de Expedito Júnior à CCJ foi tomada por todos os membros da Mesa e não por ele isoladamente. Disse que o seu voto foi exatamente no sentido de se cumprida imediatamente a decisão do STF.

## Sarney lamenta morte de Claude Lévi-Strauss

José Sarney (PMDB-AP) lamentou ontem a morte do antropólogo e filósofo belga Claude Lévi-Strauss, aos 100 anos de idade. O senador lembrou o seu convívio com Lévi-Strauss e a troca de correspondência que mantiveram por muitos anos. Para Sarney, o antropólogo representou para as ciências humanas o que representaram Sigmund Freud, Albert Einstein e Karl Marx em suas respectivas áreas.

O senador assinalou que o Brasil teve uma ligação importante

com Lévi-Strauss, que foi convidado para lecionar Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). O antropólogo foi um dos professores fundadores da instituição e realizou expedições ao interior do país, quando entrou em contato com índios.

– Em suas memórias, ele sempre dizia que a vocação de antropólogo foi descoberta nas viagens que fez pelo interior do Brasil. Dizia ainda que não havia uma só civilização, mas também outra civilização nos indígenas



Senador critica decisão da Mesa de enviar recurso de Expedito à CCJ

Em aparte, Expedito Júnior acusou Cristovam de haver tomado posição diferente no episódio da cassação de João Capiberibe, em 2007. Cristovam justificou-se dizendo que, no caso de Capiberibe, o recurso foi impetrado junto ao Supremo, diferente do caso de Expedito, em que a apelação foi feita à CCJ do Senado contra decisão da corte.

que encontrou.

José Sarney ressaltou a estreita ligação que teve com o Lévi-Strauss, que conheceu como integrante de comitiva do presidente francês François Mitterrand. Desde então, assinalou o parlamentar, mantiveram uma relação pessoal.

Em aparte, Romeu Tuma (PTB-SP) disse que o livro *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss, chamou sua atenção ao confrontar o pensamento indígena com a modernidade.



Presidente colombiano “passou por cima” do Congresso, diz Inácio Arruda

## Inácio Arruda critica acordo da Colômbia com EUA

A Colômbia e os Estados Unidos assinaram na semana passada acordo que permitirá aos norte-americanos o acesso a bases militares no país sul-americano. Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), no entanto, a decisão “passou por cima” do parecer do Conselho de Estado colombiano, que teria rejeitado o acordo.

Segundo Inácio Arruda, o conselho teria argumentado que o uso de bases colombianas não visa combater o narcotráfico, mas garantir a presença militar norte-americana em toda a Amazônia – que abrange seis países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Ao lembrar que o governo de Alvaro Uribe decidiu não submeter o acordo ao Congresso da Colômbia, o senador disse que “o tratado liquida com a soberania dessa nação”.

Inácio Arruda também voltou a defender a entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

## Papaléo aponta discriminação contra o Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o Amapá e a região Norte são discriminados pela iniciativa privada e pelo governo federal, ao protestar contra promessa não cumprida pela Eletronorte de investir na extensão do linhão de Tucuruí para o seu estado. Segundo o senador, o Amapá é o único estado do país que passa por racionamento de energia elétrica, informação que estava sendo escondida da população amapaense.

– Nós tomamos conhecimento desse racionamento na última quinta-feira, porque o jornal *A Gazeta* publicou a informação. O governo federal esquece de dar ao Amapá as compensações que já deveria ter dado pela preservação de 98% da sua floresta – disse.

Papaléo também reclamou do atendimento de bordo da empresa aérea TAM. O senador afirmou que, quando o voo sai de Brasília para o Sudeste e o Sul, oferecem até hambúrguer. Mas para Macapá servem apenas “um amendoimzinho”.



Segundo Papaléo, só há racionamento de energia elétrica no estado do Amapá

## Fátima Cleide busca regulamentação de benefício



Fátima Cleide

Fátima Cleide (PT-RO) pediu ontem aos servidores do ex-território federal de Rondônia que tenham calma e aguardem a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição 87-A/03. A PEC, aprovada na semana passada, transfere os funcionários para o quadro da União, o que já ocorreu com servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima. Falta apenas a promulgação para que a PEC entre em vigor. A senadora informou que tem feito contato com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para tratar da regulamentação da matéria. E disse serem equivocadas as informações de que os servidores receberão os pagamentos devidos a partir de janeiro.

## Crivella lamenta morte em acidente aéreo



Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou a morte do suboficial da Aeronáutica Marcelo dos Santos Dias em acidente aéreo, na última quinta-feira. Ele era um dos passageiros do avião C-98 Caravan, da Aeronáutica, que ia de Cruzeiro do Sul (AC) a Tabatinga (AM) e fez um pouso forçado no rio Ituí. O senador ressaltou que o militar agiu como um herói, atuando com "tranquilidade e inteligência" no resgate de nove passageiros do avião, que voava com 11 pessoas. O aparelho transportava técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que vacinariam índios no Vale do Javari, extremo-oeste do Amazonas. Também morreu no acidente o técnico da Funasa João de Abreu Filho.

## Zambiasi pede apoio ao Estatuto de Fronteira

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apelou ontem ao Poder Executivo que encampe sua proposta de instituir o Estatuto de Fronteira, destinado a regulamentar a situação de 588 municípios de 11 estados brasileiros localizados na faixa de fronteira, entre as quais as chamadas cidades-gêmeas.

O projeto de lei (PLS 313/08) apresentado por Zambiasi foi declarado inconstitucional por consultores do Senado e da Câmara por ferir competência do Executivo de criar obrigações para os demais entes federados relativas a acordos internacionais e por criar direitos e obrigações a outros países, o que foge à competência do Senado. Os consultores, no entanto, defenderam a iniciativa.

– Os pareceres técnicos enfatizam o mérito, o senso de oportunidade e a consistência do PLS, o que me leva a apelar ao Poder Executivo para que encaminhe ao Congresso proposição semelhante, melhorada, aperfeiçoada, mas que não deixe de discutir as nossas fronteiras – solicitou Zambiasi.

Para ele, a criação do Estatuto de Fronteira pode solucionar dificuldades relacionadas a direitos trabalhistas e questões comerciais, além de promover o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural desses municípios e aprofundar a integração regional.

Ele deu o exemplo de Santana do Livramento (RS), cidade-gêmea de Rivera, no Uruguai. Devido ao fechamento do Hospital Santa Casa, muitas famílias têm encontrado problemas burocráticos para registrar no Brasil bebês nascidos no Hospital de Rivera.

Sérgio Zambiasi ainda se declarou contrário à manutenção da "zona de segurança", por reduzir, segundo ele, as possibilidades de integração sob a alegação de preservar a segurança nacional. O parlamentar gaúcho considera que o processo de globalização econômica e cultural vem fazendo com que esse conceito caia em desuso.



Para Zambiasi, só o governo pode beneficiar as 588 cidades de fronteira

# CPI da Previdência já tem 35 assinaturas, diz Mário Couto

Senador esclarece que objetivo da comissão não é incomodar o governo, mas sim averiguar por que tantas empresas, inclusive duas estatais, não recolhem suas contribuições ao INSS

O SENADOR MÁRIO Couto (PS-DB-PA) anunciou da tribuna que já conseguiu 35 assinaturas – oito a mais do que o mínimo necessário – para criação da CPI da Previdência Social. Ele disse que outros cinco senadores se comprometeram a assinar o requerimento, que ele pretende protocolar amanhã.

– A CPI não vai incomodar o governo. Ela só quer investigar se a Previdência Social é deficitária, como afirma gente do governo. Ela só quer saber por que tanta empresa não recolhe suas contribuições ao INSS. Essa CPI pode inclusive ajudar a Previdência a receber essas dívidas – sustentou, citando, entre os devedores do instituto, duas estatais: a Caixa Econômica



Mário Couto: "Previdência não tem déficit e investigação provará isso"

Federal e os Correios.

Mário Couto disse que o ministro da Previdência, José Pimentel, lhe afirmou que a Previdência é deficitária. Esta seria uma das razões para a dificuldade de aprovação de proposta de Paulo Paim (PT-RS), em tramitação na

## Paim quer aprovação de projetos dos aposentados

Paulo Paim (PT-RS) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que acaba com o fator previdenciário e do que garante ao aposentado aumento real de seus proventos, acompanhando o crescimento do salário mínimo. O senador informou que o presidente da Câmara, Michel Temer, disse a ele que colocará hoje ambas as matérias em votação.

Paim ressaltou que o fator previdenciário atinge somente os que se aposentam pelo Regime Geral da Previdência, ou seja, os que ganham menos. Exemplificou que um trabalhador que deveria se aposentar com R\$ 3,2



Paulo Paim diz que matérias devem ser votadas hoje pelos deputados

mil ganha, no máximo, R\$ 2 mil, após a aplicação daquele mecanismo. Enquanto isso, afirmou, nas altas aposentadorias, que chegam a mais de R\$ 20 mil, o

fator não é aplicado. De acordo com Paim, a Previdência não é deficitária. Ele argumentou que, nos últimos cinco anos, houve uma renúncia fiscal da seguridade de mais de R\$ 150 bilhões, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Essa renúncia, a seu ver, pode chegar a R\$ 700 bilhões nos últimos 15 anos, sem falar no desvio de recursos para outros fins.

O senador disse que o reajuste para os aposentados e para o salário mínimo a ser pago em 1º de janeiro de 2010 deverá ser de 4,5% a 5%, estimando uma despesa de R\$ 5 bilhões a mais.

Em aparte, Jefferson Praia (PDT-AM) anunciou que vai levar o assunto à bancada do PDT no Senado e, pessoalmente, votará para que o seu partido apoie a comissão de inquérito.

## Delcídio analisa acordo com Paraguai sobre Itaipu

Delcídio Amaral (PT-MS) relatou reunião que teve com o diretor-geral paraguaio da Itaipu Binacional, Carlo Mateo Balmelli, para tratar do acordo entre Brasil e Paraguai sobre a divisão da energia da usina.

Entre os pontos do tratado, o senador destacou notas reversais, que possibilitarão corrigir o valor do megawatt/hora pago à energia fornecida pelo Paraguai ao Brasil. A correção do valor, afirmou, dará àquele país "recursos adicionais que vão garantir implementação de políticas públicas do presidente [Fernando] Lugo, que olhem para o social sem se esquecer do desenvolvimento do Para-



Delcídio destaca itens como as notas reversais e a construção de ponte

guai". Outro importante item do acordo é a construção – aberta a empresas e fornecedores brasileiros – de uma linha de transmissão de 500 quilovolt que irá

de Itaipu até Assunção.

– Será a redenção para o suprimento de energia do Paraguai e permitirá a instalação de novas indústrias, inclusive brasileiras, naquele país – destacou Delcídio.

O senador ainda lembrou a construção de uma ponte interligando Mato Grosso do Sul ao Paraguai, que facilitará o comércio bilateral. Delcídio Amaral informou que Carlo Mateo Balmelli irá conversar com Sérgio Guerra (PSDB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP) sobre o acordo, que terá de ser aprovado pelo Senado brasileiro para entrar em vigor.

## José Nery lamenta morte do "Rei do Carimbó"

Augusto Gomes Rodrigues ganhou fama e respeito como Mestre Verequete, "O Rei do Carimbó". Ele morreu na tarde de ontem, aos 93 anos, após seis dias de internação devido a um quadro de pneumonia e infecção respiratória. Ao fazer o registro, o senador José Nery (PSOL-PA) apresentou voto de pesar pelo falecimento do artista paraense.

– No momento em que Mestre Verequete falece, uma bonita homenagem seria o Ministério da Cultura acatar a campanha organizada por vários artistas do Pará de transformar o carimbó em patrimônio imaterial da cultura brasileira – sugeriu o senador.

## Artistas Brasileiros 2009 tem início no próximo dia 16

Mais de 50 artistas plásticos participarão da 5ª edição da mostra *Artistas Brasileiros 2009*, que ocorrerá de 16 de novembro a 4 de dezembro. O evento é uma promoção conjunta da Secretaria de Relações Públicas, do Programa Senado Cultural e da Comissão Especial Curadoria de Artes Plásticas do Senado.

Cada senador foi convidado a indicar um artista em atividade ainda não consagrado no país. Mário Gruber é o convidado de Aloizio Mercadante (PT-SP). Da Bahia vem Guel Silveira, convidado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). De Porto Alegre, a convite de Pedro Simon (PMDB-RS), participa Gerson Reichert.

## Sadi Cassol agradece título de cidadão emérito

Sadi Cassol (PT-TO) agradeceu em Plenário homenagem que recebeu da Câmara de Vereadores de Ibiraiaras (RS), que lhe concedeu o título de cidadão emérito. O senador nasceu naquele município gaúcho.

A concessão do título foi aprovada por unanimidade pelos vereadores de Ibiraiaras, registrou.

O senador mencionou ainda que a solenidade contou com a participação de representantes de vários setores da sociedade local.

Outra homenagem que Cassol informou foi-lhe prestada pelo município gaúcho de Veranópolis, onde exerceu por três vezes o mandato de vereador.



Senadora defende medidas preventivas contra a criminalidade

## Marisa Serrano critica transferência de presos para MS

Ao abordar a questão da criminalidade, em discurso ontem, Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu ações de caráter preventivo que tratem de temas como a superlotação das cadeias e o processo de ressocialização de presos. Ela também informou que a população de seu estado está "extremamente incomodada" com a transferência, para Mato Grosso do Sul, de detentos de alta periculosidade, provenientes do estado do Rio de Janeiro.

Para destacar o problema da superlotação, Marisa Serrano lembrou que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) instalada na Câmara para investigar o sistema carcerário do país concluiu, no ano passado, que faltavam 180 mil vagas para os presos.

– E o Pronasci [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça] anunciou a construção de presídios para mais 40 mil vagas – disse ela, acrescentando que "de 40 mil para 180 mil há uma grande distância".

A senadora questionou como, nessas condições, "com superlotação, casos de tortura e rebeliões", pode ocorrer uma adequada ressocialização dos detentos.

– Eles saem de lá piores – lamentou ela.

Marisa Serrano disse que é necessária uma "ação multiplicadora que trate da prevenção, da repressão e, principalmente, da difusão de uma cultura de paz". Entre as ações de prevenção, ela citou a garantia de "boa educação, saúde e mobilidade social para o povo". Quanto ao Pronasci, a parlamentar avaliou que o programa "avançou muito pouco" em seus dois anos de existência.

Ao recordar que dez traficantes de drogas "de alta periculosidade" foram transferidos do Rio de Janeiro para Mato Grosso do Sul, a senadora ressaltou que, de acordo com a imprensa, várias residências próximas a essa penitenciária estão sendo vendidas ou alugadas para parentes e "funcionários dos chefões que estão presos lá".

– Eles fazem da cadeia seu escritório particular, de onde dão ordens e continuam a praticar crimes – protestou ela.

Marisa Serrano afirmou que, dessa forma, "é natural" que seu estado se sinta incomodado com o fato de receber esses criminosos.

Ao destacar a importância da mudança constitucional para o desenvolvimento brasileiro, parlamentar sustenta que falta vontade política para levá-la adiante

# Garibaldi cobra prioridade para a reforma tributária

GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) criticou o que considera falta de interesse do Legislativo em aprovar uma reforma tributária, indagando se as razões para essa reforma teriam desaparecido do cenário econômico nacional. Segundo o senador, falta vontade política para levá-la adiante.

– Nós não fazemos porque o governo não quer, os governos estaduais não entram em entendimento e não querem e os parlamentares vinculados aos governos [estaduais] não deixam que a reforma ande – lamentou o parlamentar, ressaltando a importância da reforma para o desenvolvimento do país.

Garibaldi referiu-se à necessidade dessa reforma como um tema que, no Senado, paradoxalmente, deixou de ser atual para se tornar de "um anacronismo brutal" e declarou-se "desanimado e perplexo" pelo esquecimento do assunto para o qual se previa, conforme recordou, uma tramitação rápida.

O senador indagou sobre a destinação que teria sido dada à proposta de emenda à Constituição (PEC 233/08, na Câmara) apresentada pelo Executivo, à qual foi pensada a PEC 31/07,



Garibaldi: "Com a reforma, governo esperava eliminar a guerra fiscal"

em tramitação na Câmara.

Garibaldi recordou que sub-comissão especial da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em 2008, relatório preliminar do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que aperfeiçoou a proposta governamental, simplificando a forma de arrecadação. Disse que o relatório de Dornelles tinha o sentido de discutir a reforma antes mesmo que o texto da proposta chegasse ao Senado, porém, observou, a matéria nunca saiu da Câmara.

O senador ressaltou que a proposta de Dornelles simplifica, além dos impostos sugeridos pelo governo, a Contribuição de

Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Garibaldi informou que o relatório prevê a arrecadação nacional dos tributos, com distribuição automática aos estados e municípios.

## Guerra fiscal

Por meio da reforma tributária, lembrou, o governo federal dizia esperar acabar com a guerra fiscal entre os estados, estimular a formalização no mercado de trabalho, fazer investimentos no setor produtivo, diminuir a carga tributária sobre os contribuintes e promover desenvolvimento regional.

– Será que isso que se pretendia fazer perdeu o sentido?

Garibaldi disse que, se a legislação tributária foi considerada um avanço, hoje é tida como ultrapassada, pois onera excessivamente o consumo e dificulta investimentos no setor produtivo.

Em apertes, os senadores Neuto de Conto (PMDB-SC), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Augusto Botelho (PT-RR) defenderam a votação da reforma.



Romeu Tuma diz que prefeitos pretendem integrar essas forças ao Sistema Único de Segurança Pública

## Guardas municipais: Tuma pede votação de proposta

Em apelo dirigido ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Romeu Tuma (PTB-SP) pediu que ele coloque na pauta do Plenário daquela Casa proposta de emenda à Constituição (PEC 534/02) que amplia as competências das guardas municipais.

Na semana passada, no dia 30, foi publicada no *Diário Oficial da União* a sanção de outro projeto apresentado por ele (PLS 299/06) que instituiu o Dia da Guarda Municipal, lembrou o senador.

– Há enorme ansiedade dos prefeitos para que suas guardas municipais sejam legalizadas e passem a integrar o Sistema Único de Segurança Pública. Se a PEC for aprovada, as prefeituras poderão firmar convênio com os governos estaduais para que as guardas atuem no combate ao crime em parceria com as polícias militar e civil – disse.

A PEC apresentada por Tuma, que está pronta para ser incluída na pauta da Câmara, altera a Constituição para determinar que "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal".

Já o PLS 299/06, que gerou a Lei 12.066/09, elegeu 10 de outubro para comemorar o Dia da Guarda Municipal em virtude de ter sido nesta data, no ano de 1831, que o regente Feijó editou um decreto autorizando as províncias a criar seus corpos de guardas municipais.



Para senador, nova variedade da droga mostra "riscos ocultos" e reforça argumentos contra descriminalização

## Valter Pereira alerta para riscos da "supermaconha"

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou ontem ser contra a descriminalização do uso de maconha no Brasil. Ele comentou reportagem do jornal *Correio Braziliense* que descreve o cultivo da "supermaconha" – variedade cultivada na região Nordeste obtida com o emprego do agrotóxico paclobutrazol. Para o senador, a informação serve de amostra dos "riscos ocultos" que podem estar associados ao consumo da droga.

O paclobutrazol é um regulador de crescimento utilizado para estimular a capacidade reprodutiva das plantas. O produto, de acordo com o site [www.pesticideinfo.org](http://www.pesticideinfo.org), é cancerígeno e prejudicial aos sistemas nervoso e reprodutivo de humanos, além de ser tóxico para organismos aquáticos.

O uso do paclobutrazol no cultivo de maconha, de acordo com a reportagem, ao aumentar a quantidade de flores na planta, possibilita uma maior produção do princípio ativo da maconha (THC, ou tetrahydrocannabinol), aumentando seu potencial psicotrópico.

– Para aqueles que sustentam que é reduzida a ação psicotrópica da maconha, para justificar a sua descriminalização, a notícia mostra que essa droga não é tão despida de perigo como apregoam. Além de portal para drogas mais pesadas, a maconha tem semeado a desgraça em todos os segmentos sociais – disse.



César Borges cobra ações imediatas das autoridades contra as doenças

## César Borges: dengue e meningite alarmam baianos

A dengue já matou 66 pessoas na Bahia em 2009.

A meningite tirou a vida de outros 33 baianos, sendo que, desse total, cinco residiam nas proximidades de Porto Seguro. Naquela região já foram diagnosticados oito casos de meningite meningocócica. Ao fazer esse balanço, o senador César Borges (PR-BA) cobrou a adoção de medidas imediatas para que novas mortes não ocorram e que o turismo não seja prejudicado.

– A Bahia está batendo recordes históricos com relação a essa epidemia de dengue. Houve um aumento de quase 200%. O próprio ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou que a questão da dengue está restrita a quatro estados, a Bahia entre eles. Enquanto os outros fizeram o dever de casa, como o Rio de Janeiro, lamentavelmente a Bahia atingiu esse recorde absoluto na questão da dengue – lamentou César Borges.

O senador disse que a situação em Porto Seguro está tão grave que o jornal *A Tarde*, o de maior circulação no estado, trouxe matéria de meia página sobre o assunto, intitulada "Meningite faz 5ª vítima em Porto Seguro". César Borges alertou que, se a situação não for revertida rapidamente, poderá provocar prejuízos ao setor hoteleiro e ao negócio turístico.

## Segurança Pública

Outro assunto abordado pelo parlamentar baiano foi a criminalidade no estado. Ele informou, baseado em notícia publicada no jornal *A Tarde*, que cerca de 800 pessoas – entre familiares e amigos de 30 vítimas de assassinato nas cidades de Ubaitaba e Aurelino Leal – bloquearam a rodovia BR-101 em protesto contra a impunidade. Eles queimaram pneus e galhos na entrada de Aurelino Leal, distante 370 quilômetros de Salvador.

Segundo César Borges, a insegurança está tão grande na Bahia que em maio de 2007 o prefeito de Aurelino Leal, Gilberto Andrade, foi assassinado e até agora o crime ainda não foi elucidado. O senador também informou que na semana passada o delegado de Ipiá, André Luiz Serra, foi assassinado em praça pública.

– Outro problema grave, o crack, toma conta hoje da juventude baiana. E não é apenas na capital, mas em todo o estado – lamentou.

Texto de Marisa Serrano aprovado pela CMA, e que receberá decisão terminativa na CCJ, exige ainda a comprovação da origem da madeira utilizada em obras públicas

## Certificação ambiental poderá desempatar licitação

A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL poderá passar a ser utilizada como critério de desempate em licitações e contratações públicas, conforme proposta aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto também determina que toda madeira usada em obras públicas "deverá ser comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável devidamente aprovado por órgão ambiental competente". A CMA acolheu o substitutivo da relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), que englobou dois projetos:

o PLS 40/03, de Osmar Dias (PDT-PR), e o PLS 247/08, de Gerson Camata (PMDB-ES).

As duas proposições sugerem mudanças na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Segundo Marisa Serrano, a matéria visa dotar o setor público de medidas capazes de promover mudanças de comportamento no setor produtivo, no sentido da conservação dos recursos naturais.

A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

A comissão aprovou, também, projeto (PLC 146/09) para ade-

quar melhor a nomenclatura sobre sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de fio terra. O projeto segue para o Plenário.

A CMA acatou ainda três requerimentos de realização de audiência pública, sendo a primeira para debater os impostos que incidem sobre a conta de luz dos consumidores; a segunda para analisar a atuação de José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), cujo mandato encerra-se em breve; e a terceira para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende.

## Produtos deverão informar consumo de energia elétrica

Proposta determinando que, na divulgação de produtos que utilizem energia elétrica, sejam informados seu consumo energético e sua eficiência também foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente.

O projeto (PLS 220/07), de Renato Casagrande (PSB-ES), altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). "A preocupação ambiental dos consumidores deve ser fomentada", afirma o senador.

A relatora, Fátima Cleide (PT-RO), destacou que o consumidor se beneficiará por poder adquirir produtos mais econômicos em termos de consumo energético. A senadora sugere que as informações sobre consumo de energia e eficiência de bens e serviços sigam a metodologia e as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

### Veículos

A CMA também acolheu proposta do então senador Sibá Machado para exigir que os fabricantes de veículos automotores sejam obrigados a divulgar aos consumidores informações relativas à composição qualitativa e quantitativa das emissões dos veículos.

As duas propostas foram acolhidas em decisão terminativa na CMA e seguem agora para exame da Câmara dos Deputados.



Casagrande e Marina Silva em reunião da Comissão de Meio Ambiente

## Prazo de 15 dias para devolução de valores pagos indevidamente

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ainda projeto que fixa prazo para que o fornecedor faça a devolução ao consumidor de valores pagos indevidamente. A proposta (PLS 189/09), de Gim Argello (PTB-DF), altera o Código de Defesa do Consumidor.

A legislação em vigor estabelece que o consumidor tem direito a receber valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais. O projeto original de Gim fixava prazo de cinco dias, contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor, para essa

devolução.

O relator, João Pedro (PT-AM), apresentou emenda que estipula 15 dias para essa devolução, prevendo que, no caso de descumprimento do prazo fixado, será cobrada multa de 10% sobre o valor a ser devolvido.

A CMA também acolheu proposta (PLC 139/09) segundo a qual será exigido que os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mantenham, à disposição dos clientes, um exemplar do Código de Defesa do Consumidor. A matéria, relatada por Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), segue para o Plenário.

## Jefferson quer preservação aliada aos interesses dos amazonenses

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que pretende defender na 15ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em dezembro, na Dinamarca, a ideia de que as metas de preservação da Amazônia devem levar em conta as necessidades dos povos da região.

– Quero uma Amazônia verde, preservada e conservada. Mas não dá para continuarmos com a triste realidade das pessoas passando fome e morrendo no interior da Amazônia – disse.

Segundo Jefferson Praia, os pequenos produtores não devem ser culpados pelo desmatamento, e sim os grandes empresários que os exploram. Ele relatou visitas que fez às comunidades de



Jefferson Praia diz que levará ideia a conferência da ONU na Dinamarca

São Sebastião (AM), onde famílias indígenas ainda dependem da produção de carvão vegetal, e de Nossa Senhora de Fátima, na qual há bons resultados com a exploração do cupuaçu.

## Senadores discutem marco regulatório para mineração

O atual estágio da mineração brasileira, os problemas enfrentados pelas empresas e a adoção de um novo marco regulatório para o setor serão debatidos amanhã, às 8h30, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), por sugestão do senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Estão convidados o presidente do Instituto Brasileiro de Mi-

neração, Paulo Vargas; o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, Sergio Maçães; e o diretor da Associação Nacional dos Produtores de Agregados para a Construção Civil, Fernando Valverde.

A CI pode analisar ainda o PLS 179/09, que prioriza o licenciamento ambiental de obras consideradas estratégicas.

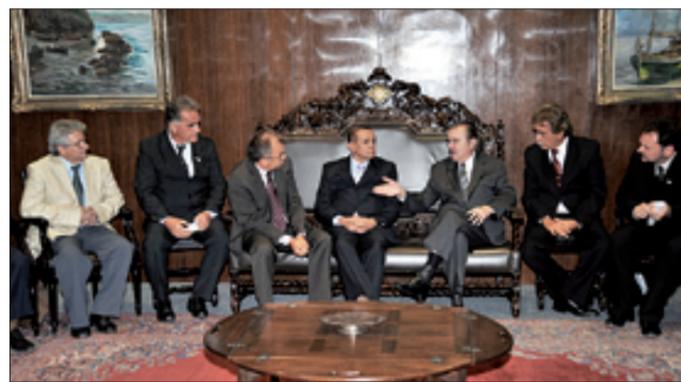
## Pecuaristas pedem prorrogação de prazo para reflorestamento

Um grupo de pecuaristas do Sul do Maranhão se reuniu ontem com o presidente do Senado, José Sarney. Os produtores rurais das regiões de Imperatriz e Açailândia pediram a prorrogação do prazo para reflorestamento de 80% de suas propriedades, como determina a legislação ambiental em vigor.

De acordo com eles, sem a prorrogação, a partir do dia 11 de novembro a maior parte dos

pecuaristas da região estará na ilegalidade, o que, por determinação do Conselho Monetário Nacional, inviabilizará o financiamento de seus empreendimentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os pecuaristas defenderam a proposta do novo Código Florestal, em discussão na Câmara dos Deputados, que reduz para 50% o limite da reserva obrigatória na Amazônia Legal.



Representantes dos pecuaristas de Imperatriz e Açailândia estiveram com Sarney

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Serys Slhessarenko • Sadi Cassol • Flávio Torres • Pedro Simon • Romeu Tuma • Delcídio Amaral

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto aprovado pela CAS dispensa beneficiário de baixa renda de comprovar ter "ficha limpa" em instituições de crédito para financiar imóvel

# Comissão reduz exigência para habitação social

**BENEFICIÁRIO DE FINANCIAMENTO** habitacional de interesse social com renda de até um salário mínimo per capita poderá ser liberado da apresentação de "ficha limpa" em instituições de proteção ao crédito. A lei em vigor obriga a apresentação de documento – que é fornecido pelos Serviços de Proteção ao Crédito (SPC) e por empresa de análise de crédito Serasa – com a situação cadastral do beneficiário, independentemente da faixa de renda.

Projeto (PLS 117/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), com emenda do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria recebeu decisão terminativa e poderá seguir para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para exame pelo Plenário.

Assim, as exigências das instituições financeiras nessas operações de financiamento à população de baixa renda ficarão limitadas à apresentação dos documentos de identificação civil, fiscal e eleitoral e, quando for o caso, à comprovação de renda.

A proposição recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob o argumento de que a desconsideração da situação cadastral dos tomadores dos financiamentos subsidiados do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a chamada "ficha limpa", aumentaria o risco de não pagamento dos empréstimos. Com isso, poderia haver redução dos recursos disponíveis para atender à habitação popular.

Mas o relator na CAE discordou desse entendimento e apresentou emenda para restringir o uso da informação cadastral negativa apenas para mutuários cuja renda familiar per capita seja superior a um salário mínimo.

Segundo Antonio Carlos Júnior, mesmo no caso do programa do crédito solidário, que financia até R\$ 30 mil para mutuários com renda familiar de até cinco salários mínimos, parcelados em até 240 meses e sem juros, muitos potenciais mutuários não conseguem ter aprovado o seu financiamento por restrições cadastrais.

Ao justificar sua proposta, Zambiasi argumentou, do mesmo modo, que as exigências atuais são desnecessárias e danosas, uma vez que as famílias de menor renda são exatamente as que, ao mesmo tempo, mais necessitam de auxílio para a aquisição da casa própria e tendem a apresentar maiores restrições cadastrais.

"Essas restrições acabam por inviabilizar o seu acesso à moradia. Nesses casos, há um claro distanciamento dos programas habitacionais de interesse social de seus propósitos", argumenta o senador. Ele acrescenta que o financiamento com hipoteca já constitui uma proteção ao credor contra a inadimplência.



Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos: aprovadas ausências do trabalhador para tratar de assuntos particulares e para acompanhar situação escolar de dependente

## Trabalhador poderá ter mais dois dias de folga por ano

Os trabalhadores poderão ganhar o direito de faltar ao trabalho duas vezes ao ano, sem perda de qualquer parcela do salário. Uma das folgas pode ser usada para tratar de assuntos particulares e outra para acompanhar atividade escolar de dependente matriculado no ensino fundamental ou médio. O benefício está previsto em texto substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentado pelo senador Gim Argello (PTB-DF), o substitutivo uniu dois projetos que

tramitam em conjunto, o PLS 23/03, de Paulo Paim (PT-RS), que cria a folga por interesse particular, e o PLS 139/08, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que estabelece a licença para acompanhamento de atividade escolar. O substitutivo do relator incluiu ainda emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para estabelecer que a folga por interesse particular seja utilizada nos termos e condições fixadas por acordo ou convenção coletiva de trabalho. A matéria será agora examinada pela Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), onde receberá decisão terminativa.

No caso da ausência para acompanhamento de atividade escolar, o empregado deverá solicitar autorização com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Em seguida, ele deverá atestar à empresa sua participação, por meio de comprovante expedido pela administração da escola.

Na avaliação de Cristovam, é inadmissível que o empregador não possa liberar seus trabalhadores, pelo menos uma vez ao ano, para que eles possam tomar conhecimento da situ-

ação escolar do filho – termo substituído por "dependente", pelo relator, por ser mais abrangente. Já Paim argumentou que o trabalhador deve ter o direito de tratar de assuntos pessoais e íntimos sem precisar justificar esse fato perante seus chefes ou empregadores, daí a proposta da folga para esse fim.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que votou contra a matéria, afirmou que ela abre "precedente perigoso", podendo estimular iniciativas de novas folgas, com perdas para as empresas.

## Aprovado fim da contribuição empresarial de 10% para FGTS

Após o relator Adelmir Santana (DEM-DF) concordar em adiar para 31 de julho de 2012 a data de extinção da contribuição social de empregadores para cobrir passivo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o bloco governista garantiu votos para aprovar ontem na CAE o projeto que elimina a cobrança.

Pelo texto original (PLS 198/07-Complementar), do senador Renato Casagrande (PSB-ES), a contribuição só poderia ser cobrada até 31 de dezembro de 2010. O recolhimento, com alíquota de 10% sobre o montante do saldo do FGTS acumulado du-

rante a vigência do contrato de trabalho do empregado, incide nos casos de dispensa sem justa causa. Criada pela Lei Complementar 110/01, a contribuição do empregador foi instituída sem prazo definido para seu fim. Os recursos recolhidos foram destinados para cobrir o passivo do FGTS criado pelo reconhecimento, pela Justiça, de que os saldos das contas do fundo sofreram perdas com a implementação dos planos Verão (1989) e Collor I (1990). Esse passivo teria sido da ordem de R\$ 42 bilhões.

O projeto recebeu apoio unânime na comissão.

## Responsabilidade fiscal na nomeação de concursados

A nomeação de aprovados em concursos públicos homologados até três meses antes de eleições será permitida desde que observadas regras referentes à despesa pública constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A proposta foi aprovada ontem pela CAE.

O projeto (PLS 91/09), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), altera exceção contida na Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) que permite a nomeação sem qualquer exigência.

O relator, Lobão Filho (PMDB-MA), explica que "o efeito prático da remissão à LRF será o de desestimular as nomeações de concursados feitas de afogadilho, com propósitos eleitoreiros".

## Menos impostos sobre máquinas de braile

As máquinas de escrever em braile ficarão isentas dos impostos sobre Importação e sobre Produtos Industrializados, nas importações e nas operações realizadas no mercado interno. Proposta com esse objetivo foi aprovada, em decisão terminativa, pela CAE.

O autor do projeto (PLS 144/08), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), argumenta que a leitura em braile é fundamental para permitir aos quase 700 mil brasileiros com deficiência visual o acesso à educação e ao trabalho, mas as máquinas de escrever nesse método são caras, podendo custar US\$ 800 no caso de equipamentos importados.

## Frota oficial deve ser composta por carros flex

A lei que trata da substituição da frota oficial de veículos leves do país deverá ser atualizada para incorporar a introdução dos veículos denominados *flex fuel* ou bicompostíveis, que podem usar indistintamente tanto o álcool hidratado quanto a gasolina. É o que prevê projeto do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto em vigor permite que a incorporação se dê exclusivamente para automóveis movidos a combustível renovável, ou seja, o álcool hidratado.

De acordo com o relator do projeto (PLC 85/07), Renato Casagrande (PSB-ES), além de permitir reduzir a exposição do país às crises relacionadas ao petróleo, a proposição também protegerá os órgãos públicos contra eventuais dificuldades no abastecimento de álcool ou oscilações desfavoráveis nos preços desse combustível.

Casagrande lembra que, em 1998, quando foi aprovada a Lei 9.660, ainda não havia os carros *flex*. Com a introdução dos carros bicompostíveis e a descontinuidade da fabricação de veículos exclusivamente a álcool, a legislação ficou defasada.

O projeto também inclui as motocicletas entre os veículos bicompostíveis a comporem a frota oficial. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## CAE fará debate sobre erro nas tarifas de energia

O cálculo das tarifas de energia elétrica e um possível erro na definição do reajuste, fazendo com que os distribuidores recebam um valor indevido em detrimento dos consumidores, serão tema de audiência pública da CAE. Requerimento com esse objetivo, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado ontem pela comissão.

Segundo Suplicy, o erro nesse cálculo repete-se desde 2002 e, embora o Ministério de Minas e Energia tenha tomado conhecimento do problema há dois anos, nada foi feito para resolvê-lo.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) solicitou que o debate seja realizado em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Conforme informou, deverá ser tratada também na reunião a cobrança em duplicidade de tributos.

Serão convidados para a audiência, ainda sem data marcada, representantes dos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, além de um integrante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A soma da cobrança indevida dos consumidores de todo o país é calculada extraoficialmente em R\$ 7 bilhões. O governo e a agência reguladora discutem o valor exato pago a mais às distribuidoras nos últimos sete anos, assim como formas de fazer a compensação aos consumidores.



Sobrinho relatou participação em encontro parlamentar no Panamá

## Oswaldo Sobrinho associa educação a desenvolvimento

Ao comentar sua participação na Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Eurolat), realizada no Panamá na semana passada, o senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) ressaltou que a educação foi um dos principais temas das discussões promovidas nesse evento. Segundo o parlamentar, houve consenso entre os participantes quanto à importância crucial do processo educacional para o desenvolvimento de qualquer país.

– Aqueles que souberam investir em educação hoje comandam o mundo. São países como Alemanha, Japão e Estados Unidos – afirmou o senador durante pronunciamento feito ontem.

Oswaldo Sobrinho disse que “não há outra saída, para que o Brasil se torne uma das maiores potências do mundo, senão investir em educação, pesquisa, ciência e tecnologia”. Ele frisou que “educação não é gasto, mas investimento”.

Além disso, ao destacar que a educação permite a inclusão social das parcelas mais pobres da população, o senador defendeu a ampliação do número de escolas técnicas no país. Ele argumentou que tais escolas propiciam a inserção no mercado de trabalho, inclusive porque há uma considerável demanda por profissionais com nível técnico.

## César Borges lamenta morte de percussionista

A pedido do senador César Borges (PR-BA), constará da Ata do Plenário voto de pesar pelo falecimento do músico Antonio Luís Alves de Souza, o Neguinho do Samba, que morreu no sábado, por problemas cardíacos, aos 54 anos. O percussionista, que era considerado o “pai” do samba-reggae, foi um dos fundadores do grupo Olodum.

– A batida do samba-reggae, a percussão que caracteriza esse ritmo, atraiu para o Pelourinho artistas de renome interessados na inovação, como Michael Jackson e Paul Simon. A contribuição que ele deu ao arranjo da música *They Don't Care About Us*, de Michael Jackson, levou a sonoridade baiana e brasileira para o mundo inteiro – destacou.

O senador também afirmou que o músico era educador, com trabalho voltado para crianças na Associação Educativa e Cultural Didá. Os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) endossaram a homenagem.

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação dá legitimidade a sócios e cotistas para denunciar ao MP irregularidades nas associações

# Sócio poderá ter mais poderes para fiscalizar clube de futebol

OS SÓCIOS OU cotistas de clubes e entidades ligadas ao futebol serão considerados parte legítima para denunciar ao Ministério Público irregularidades ocorridas nessas associações, segundo estabelece projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto será ainda votado em Plenário.

Segundo a proposta (PLS 293/01), de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, bastará que os sócios ou cotistas responsáveis pela denúncia representem pelo menos 10% do número total de presentes à última assembleia geral realizada pela entidade. Na opinião do relator da proposta, Álvaro Dias (PSDB-PR), que também presidiu a comissão parlamentar de inquérito, a medida ajudará a garantir maior transparência à administração do futebol brasileiro.

– O projeto abre a possibilidade de fiscalização mais rigorosa por associados e torcedores, com a responsabilização civil e criminal dos que praticarem ilícitos em clubes e entidades – disse Álvaro Dias após a aprovação do projeto pelo colegiado.

Para o senador, o projeto tem o mérito de acabar com a impunidade de dirigentes de clubes e entidades. Alguns desses dirigentes, recordou,



Projeto de autoria da CPI do Futebol foi relatado por Marisa Serrano (E)

praticavam irregularidades sem que nada lhes acontecesse. Não há motivo, a seu ver, para manter a impunidade no futebol, uma vez que em todas as outras atividades existem penalidades para maus dirigentes.

– Não há razão para se colocar o futebol acima da legislação – ressaltou o parlamentar.

De acordo com o projeto, o futebol praticado por atletas profissionais passa a ser entendido como um “ato de comércio”. Os dirigentes, acionistas e cotistas dos clubes e entidades ligadas ao futebol tornam-se passíveis de responsabilidades e penalidades previstas na legislação penal, civil, trabalhista, previdenciária, cambial e tributária.

Além disso, essas associações passam a ser obrigadas a elaborar e publicar as demonstrações contábeis e balanços patrimoniais de cada exercício, submetidos a auditoria externa.

Na presidência da reunião, Marisa Serrano (PSDB-MS) classi-

ficou a aprovação do projeto como uma “reviravolta” na administração do futebol brasileiro.

O projeto recebeu o apoio de Romeu Tuma (PTB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que recordou recentes denúncias de que o futebol poderia estar sendo usado para a lavagem de

dinheiro.

## 14º salário

A CE começou a debater o Projeto de Lei do Senado 319/08, de autoria de Cristovam, que cria o 14º salário para profissionais de educação básica que elevarem em, pelo menos, 50% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de sua escola.

O projeto recebeu substitutivo do relator, senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

Mas a votação foi adiada por causa de um pedido de vistas apresentado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), que se disse preocupada com os efeitos financeiros da proposta sobre prefeituras e governos estaduais.

A comissão aprovou também requerimento de Cristovam e do senador Flávio Arns (PSDB-PR) para a realização de uma homenagem aos professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10.

## Senado leva obras sobre o Pará à Feira Pan-Amazônica do Livro

As obras *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, e *Fundação de Belém do Pará – Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*, de Ribeiro do Amaral, são duas das publicações do Senado que o visitante da 12ª Feira Pan-Amazônica do Livro poderá adquirir no estande da Casa.

O evento será realizado no período de 6 a 15 de novembro, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. O país homenageado este ano é a França e a estimati-

va dos organizadores é que 500 mil pessoas visitem a feira.

Editado em parceria com a Secretaria Executiva de Cultura do Pará, em 2004, *Ensaio Corográfico* é um estudo sobre a província do Grão-Pará e seus habitantes, nos anos 30 do século 19.

Já o livro *Fundação de Belém do Pará* foi lançado para comemorar o tricentenário da cidade. Conta a saga do militar português Francisco Caldeira, chamado para auxiliar Jerônimo de Albuquerque na consolidação da vitória dos portugueses sobre os franceses, em São Luís.

## Senado entrega obras em braile em Belém, Maceió e Porto Alegre

Nesta sexta-feira, kits da coleção em braile do Senado serão distribuídos a entidades que prestam apoio ao portador de deficiência visual em eventos literários que estão sendo realizados em Belém e Maceió.

Na 4ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, que encerrará suas atividades no domingo, a entrega será feita por Fernando Collor (PTB-AL). Na 12ª Feira

Pan-Amazônica do Livro, cujas atividades se estendem até o dia 14, os livros deverão ser distribuídos por José Nery (PSOL-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

No dia 13, será realizada uma entrega na 55ª Feira do Livro de Porto Alegre. Os kits contêm a Constituição federal e a do estado e o Código de Defesa do Consumidor ou o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*.



Senador catarinense comemorou sucesso de encontro sobre o setor

## Neuto de Conto vê turismo como saída para desemprego

Preocupado com o desemprego provocado pelo avanço tecnológico, Neuto de Conto (PMDB-SC) comemorou ontem o sucesso do 37º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem e Feira das Américas, que reuniu no Rio de Janeiro 681 empresas de 42 países. Ele observou que o caminho para a realocação da mão de obra é o setor de serviços, especialmente o turismo, o grande empregador do momento.

O senador destacou o início da temporada de cruzeiros na costa brasileira, promovida pela Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas, e a premiação “O Melhor de Viagem & Turismo”, da Editora Abril, que considerou Santa Catarina “O Melhor Destino Turístico do Brasil”.

– O turismo tornou-se o quinto maior desempenho de exportação, atingindo em 2008 US\$ 5,8 bilhões, somente abaixo do minério de ferro (US\$ 16,5 bilhões), petróleo bruto (US\$ 13,6 bilhões), soja em grão (US\$ 11 bilhões) e carne de frango (US\$ 5,85 bilhões) – assinalou.

## Augusto elogia estratégia do governo para pesca

Augusto Botelho (PT-RR) destacou o lançamento da publicação *Pescando Desenvolvimento Sustentável*, editada recentemente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Ele afirmou que se trata de um depoimento eloquente da estratégia do governo federal de aliar políticas públicas adequadas à participação de agentes econômicos tradicionais na busca de sustentabilidade para o setor.

Na avaliação do senador, não se concebe que um país como o Brasil, com algumas das maiores bacias hidrográficas do planeta e 8.500 quilômetros de litoral, consuma tão pouco peixe e tenha produção de pescados tão inexpressiva – 1 milhão e 100 mil toneladas anuais.

Augusto Botelho salientou que o consumo anual de peixe no Brasil é de apenas sete quilos por habitante, enquanto a média mundial é de 16 quilos.



Marco Maciel afirma que a escritora pernambucana é “artista da palavra”

## Maciel registra a posse de Marly Mota em academia

Marco Maciel (DEM-PE) registrou a posse da escritora Marly Mota na Academia Pernambucana de Letras, na cadeira anteriormente ocupada pela poetisa Maria do Carmo Barreto Campello de Melo.

Segundo o senador, Marly Mota é “uma artista da palavra, poetisa, cronista e pintora”, com livros de valor reconhecido pela crítica, entre eles *A Janela, O Pátio da Matriz, Além do Jardim, O Mundo e O Carrossel*.

A escritora fez ainda “consagradas incursões” no campo das artes visuais, com quadros inspirados tanto na obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, quanto nos livros do escritor português Eça de Queiroz.



Senador aponta baixa produção e consumo de pescado pelos brasileiros